



**RECIIS**

Revista Eletrônica de Comunicação  
Informação & Inovação em Saúde

[www.reciis.cict.fiocruz.br]

ISSN 1981-6278

**Artigos originais**

# O olhar dos profissionais de saúde e de usuários de uma unidade básica de saúde sobre a educação nutricional

DOI: 10.3395/reciis.v1i2.86pt



*Wanessa  
Françoise da  
Silva Aquino*

Faculdade de Nutrição da  
Universidade Presidente An-  
tonio Carlos, Minas Gerais,  
Brasil  
wanessaaquino@yahoo.  
com.br



*Soraia Augusta  
da Silva  
Campos*

Faculdade de Nutrição da  
Universidade Presidente An-  
tonio Carlos, Minas Gerais,  
Brasil  
sascampos@ibest.com.br

*Denise de Castro Barbosa Friedrich*

Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais  
denisebcf@yahoo.com.br

## Resumo

A educação nutricional é um processo participativo de aquisição de conhecimento sobre alimentação saudável. Questiona-se a implementação da educação nutricional no serviço público de saúde baseada em pesquisa realizada com profissionais de saúde e usuários de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A execução da educação nutricional exige do profissional de saúde conhecimentos específicos a fim de abordar problemas alimentares. O nutricionista não está devidamente inserido na saúde pública. A partir da metodologia quanti-qualitativa foram feitas entrevistas com oito profissionais de saúde da UBS para verificar suas vivências profissional e pessoal quanto à educação nutricional. Foram entrevistados 306 usuários do serviço, uma amostra representativa da população atendida pela UBS com o intuito de analisar a influência dessa atividade na sua saúde. Os resultados das entrevistas apontaram que os profissionais sentem dificuldades de abordar informações sobre alimentação e acreditam ter espaço para o nutricionista atuar em uma equipe multidisciplinar. Os usuários, em 97%, acreditam que a alimentação interfere na qualidade de vida e 19,28% afirmam que problemas alimentares estão relacionados à educação. A educação nutricional inexistente como programa estruturado. A mobilização dos nutricionistas se faz necessária no exercício de sua função e atendimento das demandas de profissionais e usuários da saúde pública.

## Palavras-chave

Educação Nutricional, implementação, Saúde Pública

## Introdução

Ao longo dos 60 anos da existência do curso de nutrição no Brasil, esta ciência vem contribuindo para o traçado do perfil epidemiológico nutricional do país. Diversos cientistas apontaram doenças carenciais, tais como, a desnutrição protéico-calórica; a hipovitaminose A; a pelagra; a anemia ferropriva e outros problemas de saúde pública, que atualmente foram sobrepostos a doenças originadas dos excessos e da alimentação de baixa qualidade, como a obesidade, as dislipidemias, dentre outras (VASCONCELOS, 2002).

Atualmente a prevalência de casos de desnutrição tem diminuído no Brasil. Nos últimos 25 anos esta apresentou um declínio cumulativo de 72% para as crianças e em adultos houve um decréscimo significativo, que praticamente deixa de considerá-la um problema epidemiológico. Em contraposição, a prevalência de obesidade em adultos triplicou no Nordeste e duplicou no Sudeste (BATISTA FILHO et al., 2003).

A educação nutricional é uma ferramenta importante na adoção de hábitos alimentares. Em trabalhos epidemiológicos, em especial aqueles nos quais os resultados apontam para a correlação entre comportamento alimentar e doenças, a educação nutricional tem sido utilizada (SAHYOUN, 2002).

A prática da educação nutricional iniciou-se na década de 1940, em consonância com a política populista de Getúlio Vargas. Naquele momento esta prática gozava de um status privilegiado e era vista como um dos pilares dos programas governamentais de proteção ao trabalhador (LIMA et al., 2003).

VALENTE (1986) e LIMA (2000) ressaltam que em seu início, a educação nutricional se fundamentou no mito da ignorância, fator considerado como determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, que também era outro grupo destinatário dessas ações educativas. Assim, o desenvolvimento de instrumentos adequados, que ensinassem o pobre a comer a fim de corrigir hábitos errôneos foi uma prioridade que caracterizava uma concepção de educação centrada na mudança do comportamento alimentar.

Nas décadas de 1960 e 1970, pesquisas encomendadas pelo Governo, juntamente com os trabalhos de economistas, confirmavam que o principal obstáculo à alimentação adequada era a renda, e que somente mudanças estruturais no modelo econômico teriam efetivamente o poder de resolutividade frente aos problemas alimentares. Nesse contexto, os programas de educação alimentar partiram para o “exílio”, pois ficaram estagnados (BOOG, 1996).

Na década de 1980, a educação nutricional tornou-se mais crítica. Tal concepção identificava haver uma incapacidade da educação nutricional, de forma isolada, em promover alterações em práticas alimentares. Essa vertente da educação nutricional pressupunha que esta deveria assumir um compromisso político de colocar nossa produção técnica científica a serviço do fortalecimento das classes populares em sua luta contra a exploração, geradora da fome e da desnutrição. Surge então, a idéia

de segurança alimentar e a concepção da alimentação como um direito humano (BOOG, 1996).

Como caminho para a concretude dos dispositivos da saúde na Constituição de 1988, foi criada a Lei Orgânica de Saúde 8080/90. No seu artigo 2º esta lei coloca a saúde como um direito fundamental do ser humano. Dispõe-se no artigo 3º que a alimentação é um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde.

O Ministério da Saúde, em 1999, atesta seu compromisso com os males relacionados à saúde: escassez alimentar/pobreza e o complexo quadro de excessos incorporado pelas altas taxas de prevalência de sobrepeso e obesidade, ao aprovar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Tal política tem como fio condutor o Direito Humano à Alimentação e a Segurança Alimentar e Nutricional.

Em maio de 2004, na 57ª Assembléia Mundial de Saúde foi definida a Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Este documento reafirma resoluções da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a saúde no mundo, e tornou-se um marco na prevenção e controle integrados das doenças crônicas não transmissíveis. Esta Estratégia aborda dois dos principais fatores de riscos para estas doenças: a dieta alimentar e a atividade física.

Em conformidade com a recomendação da OMS, no dia 25 de junho de 2005, o Ministério da Saúde lançou o Programa Brasil Saudável, com objetivo de incentivar os brasileiros a adotarem hábitos de vida saudáveis tais como, a prática de atividade física, prevenção ao tabagismo e reeducação alimentar. Para que esta última seja efetivada, haverá a contratação de nutricionistas que capacitarão agentes comunitários de saúde na reprodução de conceitos de educação nutricional junto aos usuários do serviço público de saúde.

Face à importância da educação nutricional na promoção da saúde do indivíduo, propõem-se questionamentos acerca da implementação desta atividade no serviço público de saúde. Com base em um trabalho realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), do município de Juiz de Fora/MG, analisa-se como a educação nutricional vem sendo abordada por profissionais de saúde na atenção básica e olhar dos usuários sobre a importância das informações de nutrição e alimentação recebidas destes profissionais em sua qualidade de vida.

## Metodologia

A escolha da UBS se deu por esta já ter recebido anteriormente trabalhos voluntários de nutricionista. Para a verificação da implementação da atividade de educação nutricional fez-se necessário analisar diversos dados, quais sejam quantitativos ou qualitativos. BOOG (1996) coloca que os fenômenos subjetivos da realidade social, que ocorrem no cotidiano das profissões, não podem ser descritos através das abordagens tradicionais, porque não são quantificáveis em função de sua sutileza. Afirma ainda que, mesmo não sendo apreendidos numa rede nomotética, não são menos importantes quando se deseja estudar as estratégias de implantação de programas

e, sobretudo identificar os obstáculos que se interpodem. Para tanto, torna-se necessário buscar metodologias mais próximas da prática social, que permitam registrar dados subjetivos, qual seja o método qualitativo.

Partindo de quatro eixos baseados em BOOG (1996) os quais são: “a construção do saber sobre nutrição”; “os desafios do cotidiano”; “a educação nutricional nos serviços públicos de saúde”; “espaço para a educação nutricional: espaço de contradições”, foram elaboradas 11 perguntas para a verificação da opinião dos profissionais de saúde sobre seus conhecimentos teóricos de nutrição em seus cotidianos pessoal e profissional (**Anexo 1**). Esses dados foram obtidos por meio da aplicação de entrevistas estruturadas, as quais foram gravadas e transcritas. Foram entrevistados 8 profissionais de saúde: 4 médicos, 3 enfermeiros e 1 assistente social. Estes representam o número total destes profissionais de nível superior, que em seus atendimentos, abordam o assunto nutrição.

Para a coleta dos dados relativos à visão dos usuários sobre a prática de educação nutricional na sua qualidade de vida, foi utilizado um questionário de 8 perguntas com opções de respostas pré-definidas a serem escolhidas pelos usuários (**Anexo 2**). Este instrumento foi aplicado para uma amostra representativa dos usuários da UBS, somados 306, obtida por cálculo no programa de informática SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

As entrevistas aconteceram na UBS durante seu horário de funcionamento, no período de um mês. Estas foram realizadas de forma espontânea após a assinatura por profissionais e usuários dos termos de consentimento livre e esclarecido. Estes foram elaborados contemplando os aspectos mencionados no Capítulo IV da Resolução CNS 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (**Annexos 3 e 4**).

Este trabalho foi submetido ao comitê de ética da Universidade Federal de Juiz de Fora e aprovado no parecer 206/2005.

## Resultados e discussões

As opiniões dos profissionais de saúde serão apresentadas em trechos de suas entrevistas transcritos literalmente. Tratamos neste artigo de alguns dos eixos de BOOG (1996), esta parte qualitativa da pesquisa é bastante extensa, porém no presente momento, nos restringimos há alguns aspectos.

A nutrição é abordada em todos os atendimentos dos profissionais entrevistados quando se pergunta sobre a interferência deste assunto em seu trabalho.

“Se a gente trabalha com outros fatores e não trabalha nutrição, fica a desejar. É interessante que a gente tenha que estar orientando”. (enfermeiro 2)

“Olha, se a gente pegar do ponto de vista da saúde, do seu conceito mais amplo, eu acho que tem tudo a ver, está? Estou partindo do princípio de que saúde tem a ver com tudo, moradia, saneamento, não é? Com alimentação... Eu acho que tem a ver essa informação no meu trabalho” (assistente social)

“Eu acho que interferem muito porque aqui a gente trabalha, e a maioria das doenças são crônico-degenerativas, sabe, são tudo ligada a dieta, não é? Por causa da obesidade. Hipertenso e diabético que não faz uma dieta, não digo ideal, mas, mais ou menos, não tem controle satisfatório, não é? Igual é...é... diabético que não faz dieta de acordo, a gente faz um trabalho perdido, não é? É o mesmo que não estar trabalhando. Eu acho que interfere sim.” (médico 3)

As informações que os profissionais de saúde adquirem sobre alimentação para realizarem seus atendimentos são obtidas a partir de leituras informais e troca de opinião na equipe em reuniões.

“Ah...eu procuro estudar porque, uma pessoa assim, a gente não tem uma referência em nutrição, pelo menos aqui perto, é assim, uma falta que a gente sente” (médico 3)

“Aqui na UBS, no meu trabalho, em contato com folder, algumas leituras, com outros profissionais da unidade, tá, médico e enfermeiro. Geralmente sempre que a gente vai fazer alguma coisa que envolve questões relacionadas à nutrição, a gente pega o suporte da ...do médico, da enfermeira e de alguma coisa da unidade” (assistente social)

BOOG (1999) relata que médicos e enfermeiras adquirem conhecimentos para a prática da educação/orientação nutricional na maioria das vezes baseadas em material não científico, o que se verifica também para o assistente social. Há a afirmação, por parte de um médico, da necessidade da existência de uma referência em nutrição, o que parece demonstrar a falta de um profissional na rede pública de saúde para formação da equipe de trabalho.

Ao se questionar sobre o Programa Brasil Saudável, uma política pública de saúde recente do Ministério de Saúde, que visa à contenção do aumento das prevalências de obesidade, além de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis que podem estar associadas a esta morbidade, os profissionais de saúde se manifestaram positivos quanto as suas intenções e se posicionaram de forma a valorizar a presença do nutricionista neste Programa. Entretanto, questionaram como será a atuação do nutricionista e o nível de contribuição para que o Programa alcance seus objetivos.

“Pode contribuir, melhorar o que tem hoje. Eu acho mais um passo interessante. Ampliar os profissionais na atenção básica, porque cada um tem uma maneira de trabalhar e melhorar a saúde do usuário” (assistente social)

“Olha, eu acredito que possa mudar o perfil, mas nada melhor que o próprio nutricionista atuando com o usuário. Se não, eu acho que fica muito, eu diria, como a brincadeira do telefone sem fio. Eu passo primeiro a informação, eu assimilo da minha forma, repasso para o usuário, vai assim, a gente vai acabar adequando a nossa realidade. O nutricionista faz de uma maneira, faz de forma, faz uma receita alternativa, que por mais que a gente tenha capacitação, não vai ser completa, vai ser mais educação, mais noção. Então esse programa auxilia, mas acho que a longo prazo assim, isso não é resolução.” (enfermeira 3)

“Nutricionista tem que atuar diretamente com o usuário, dá maior credibilidade.” (médico 1)

O nutricionista não está devidamente inserido no contexto de prestação de serviços de saúde à população, principalmente na atenção básica. Em atendimentos, neste nível de atenção, há um pequeno número de profissionais atuando, BOOG (1996) aponta para 12,6% destes. VASCONCELOS (1991) e GAMBARDILLA et al. (2000) também apontam resultados semelhantes, respectivamente: 6,3% e 10,9%. Tais resultados, muitas vezes, são demonstrados pela ausência de cargos nas instituições públicas de saúde. Especialmente no município de Juiz de Fora - MG, não há o nutricionista nesta área.

Muito se tem discutido acerca do Programa Brasil Saudável, a partir de material disponível em sites, em campanhas nas emissoras de TV e de rádio. Já houve a implementação das propagandas, nestes meios, sobre a alimentação saudável e combate ao fumo. Porém, a efetiva participação de profissionais como educadores físicos e nutricionistas não se deu por falta de determinação dos governos estadual e municipal.

A educação nutricional deve ser pensada como um encontro, instaurado através do diálogo, entre o profissional e o usuário de saúde. Ela não deve ser uma ferramenta para se “obedecer à dieta”, ao contrário, deve ser um processo de conscientização do indivíduo da importância da alimentação, realizado de forma libertadora. Para que tal processo se estabeleça, há a necessidade do educador possuir conhecimentos não somente acerca da dietética como também da filosofia da educação e da pedagogia (BOOG, 1997).

RODRIGUES et al. (2005) afirmam que políticas e programas governamentais de saúde e nutrição são importantes para a adoção de hábitos saudáveis de vida, porém podem ser insuficientes para esse objetivo. Os profissionais de saúde envolvidos nestas políticas e programas devem possuir bases teóricas que interfiram no comportamento alimentar do outro, não deixando

de respeitar sua autonomia e valorizando seu potencial como sujeito histórico.

Os profissionais de saúde devem estar imbuídos da percepção de que os usuários do serviço público não portam apenas doenças, portam desejos, aspirações e sonhos. Dessa forma, o atendimento e o relacionamento de profissionais como médicos, enfermeiros e nutricionistas, dentre outros, deve ser integral (PINHEIRO et al., 2001).

SANTOS (2005) destaca que as tecnologias de informação e comunicação são importantes no processo de educação nutricional e não devem se sobrepor ao diálogo entre profissional de saúde e usuários. Há de se considerar informações acerca de práticas alimentares saudáveis, relacionando-as aos aspectos sócio-culturais próprios de cada um.

Quanto aos dados referentes aos usuários, a alimentação é considerada um fator que interfere na qualidade de vida de 97,06% (**Tabela 1**). Há de se considerar a porcentagem elevada dos usuários que têm essa opinião e a inexistência de um serviço específico de nutrição na atenção básica do município.

A porcentagem de usuários que obtêm informações sobre nutrição com os médicos da UBS é igual a daqueles que obtêm as informações pela TV e revistas. (**Tabela 2**). Isto pode ser fator preocupante já que ALMEIDA et al. (2002) afirmam que a TV tem influenciado muito os maus hábitos alimentares e promovido o sedentarismo. Em sua pesquisa verifica-se que de 1395 anúncios de produtos alimentícios veiculados, 57,8% deles estão no grupo das gorduras, óleo, açúcares e doces. Observa-se a completa ausência de frutas e vegetais nas propagandas da TV.

O fator educacional é considerado por 19,28% dos usuários (**Tabela 3**) um problema para a alimentação adequada, o que referenda a consideração anterior sobre a influência da fonte de informação na formação de conceitos.

**Tabela 1 – Percentual de opiniões dos usuários do serviço de saúde quanto à interferência da alimentação na sua qualidade de vida**

	Freqüência	Porcentagem
Sim	297	97,06
Não	9	2,94
Total	306	100,00

Fonte: Questionário aplicado aos usuários.

**Tabela 2 - Percentual dos meios de obtenção de informações sobre alimentação pelos usuários do serviço de saúde**

	Freqüência	Porcentagem
Em revistas e televisão	109	35,62
Com nutricionista	14	4,58
Com médico	109	35,62
Com familiares e amigos	52	16,99
Nenhum	22	7,19
Total	306	100,00

Fonte: Questionário aplicado aos usuários.

**Tabela3 - Percentual de classificação do problema da alimentação para o u usuário do serviço de saúde**

	Freqüência	Porcentagem
Econômico	68	22,22
Educacional	59	19,28
Ambos	179	58,50
Total	306	100,00

Fonte: Questionário aplicado aos usuários

A educação nutricional não deve se restringir apenas a mudanças alimentares. Pois, o ato de se alimentar colabora para a formação de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres, enquanto cidadãos do Brasil e do mundo. A alimentação é o direito humano incluído na categoria dos direitos econômicos, sociais e culturais, sendo o Estado obrigado a respeitar a capacidade dos indivíduos produzirem sua própria alimentação ou terem recursos monetários para consegui-la (VALENTE, 2002).

### Considerações finais

As opiniões dos profissionais de saúde e de usuários do serviço público de saúde obtidas nas entrevistas apontaram para a necessidade de implementação da atividade de educação nutricional nos serviços de saúde, uma vez que não se constitui em programa definido quanto à forma de ser realizada. Todos os profissionais afirmam a importância da alimentação para a sua saúde e de seus clientes. A alimentação é um fator interferente na qualidade de vida deles. O fator educacional representado pela falta de informação ou transmissão destas sem bases teóricas científicas é considerado pelos usuários um

problema para a alimentação, o qual pode interferir no número de morbidades relacionadas à nutrição.

A transição nutricional traz à tona a necessidade da prática da educação como recurso para a promoção e recuperação da saúde. O profissional habilitado para sua execução, o nutricionista, não se apresenta devidamente inserido na atenção básica. Questionando-se sobre a necessidade de inserção desse profissional na saúde pública, a resposta positiva foi unânime. É necessário que haja a luta da classe dos nutricionistas empenhando-se na busca da ocupação deste espaço.

Por meio deste trabalho, a educação nutricional pôde ser discutida com os diversos profissionais de saúde e também com os usuários. A discussão incitada abre precedente para outras futuras pesquisas sobre o tema educação nutricional e sua importância social.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. S.; NASCIMENTO, P. C. B. D; QUAIOTI, T. C. B. Amount and quality of food advertisement on Brazilian television. *Revista de Saúde Pública*, vol.36, n.3, p.353-355, jun. 2002.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Caderno de Saúde Pública**, v.19, supl.1, p.181-191, 2003.

BOOG, M. C. F. **Educação Nutricional em serviços públicos de saúde**: busca de espaço para ação efetiva. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo – USP/SP, São Paulo, 1996.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: Passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, n.10, p.5-19, 1997.

BOOG, M. C. F. Dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na abordagem de problemas alimentares. **Revista de Nutrição**, v.12, n.3, p. 261-272, set./dez. 1999.

ESTRATÉGIA Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. In: Assembléia Mundial de Saúde, 57., 2004, Genebra, Suíça: Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004. Disponível em: [http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/eb\\_portugues.pdf](http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/eb_portugues.pdf). Acesso em: 23 jan. 2006.

GAMBARDELLA, A.M.D.; FERREIRA, C.F.; FRUTOSO, M.F.P. Situação profissional de egressos de um curso de Nutrição. **Revista de Nutrição**, v.13, n.1, p.37-40, 2000.

Lei Orgânica da Saúde 8080/90. Disponível em <http://www.saude.inf.br/legisl/lei8080.htm>. Acesso: 27 dez. 2005.

LIMA, E. da S. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar de 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 288 p.

LIMA, E. S. et al.. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.603-635, mai./ago., 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000. PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde - Portaria nº 710, de 10 de junho

de 1999, publicada no D.O.U. de 11 de junho de 1999, página 14, seção I. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/publicacoes.php>. Acesso em: 2000.

PROGRAMA Brasil Saudável do Ministério da Saúde - Brasil. Disponível em: <http://www.portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias.htm>. Acesso em: 28 dez 2005.

MATTOS, R.A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs.) **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**: algumas reflexões. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2001. p.39-64.

RODRIGUES, E.M.; SOARES, F.P de T.P.; BOOG, M.C.F. Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. **Revista de Nutrição**, v.18, n.1, p.119-128, jan./fev., 2005.

SANTOS, L.A. da S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, p.681-692, 2005.

VALENTE, F.L.S. Fome e desnutrição: determinantes sociais. In: VALENTE, F.L.S. **Em busca de uma educação nutricional crítica**. São Paulo: Cortez, 1986. p.48-65.

VALENTE, F.L.S. Segurança alimentar e nutricional : transformando natureza em gente. In: VALENTE, F.L.S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo, Cortez, 2002. p.103-136.

VASCONCELOS, F.A.G. Um perfil do nutricionista em Florianópolis - Santa Catarina. **Revista Ciências Saúde**, v.10, p.73-86, 1991.

VASCONCELOS, F.A.G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, v.15, n.2, p.127-138, mai./ago., 2002.

SAHYOUN, N.R. Nutritional education for the healthy elderly population: Isn't it time? **J Nutr Educ Behav**, n.34, Suppl.1: p.42-47, 2002. SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para Windows/ versão 11. 

## Sobre os autores

### *Wanessa Françoise da Silva Aquino*

Graduada pela Universidade Federal de Viçosa (2005). Atualmente, é docente do Curso de Nutrição da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). É especialista em Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2006), sendo que sua monografia de conclusão de curso recebeu menção honrosa pelo "Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS", pelo Ministério da Saúde, também no ano de 2006. Este trabalho foi apresentado no 8º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado no Rio de Janeiro - RJ, e no II COMAN: Congresso Mineiro de Alimentação e Nutrição, realizado em Ouro Preto-MG. É também especialista em Nutrição e Saúde, cuja área de concentração é Materno Infantil da Universidade Federal de Viçosa – UFV (2007) e teve a monografia de conclusão deste curso também apresentada no II COMAN. É voluntária do projeto de extensão intitulado "A relação do processo de trabalho das equipes de saúde com os usuários: orientações básicas sobre alimentação" da UFJF e publicou o artigo "A relação do processo de trabalho das equipes de saúde com os usuários: orientações básicas sobre saúde", na Revista Brasileira de Extensão Universitária – 2006, a partir desta atuação. Já trabalhou, como nutricionista, responsável técnica de hospital e de clube recreativo da cidade Juiz de Fora- MG.

## *Soraia Augusta da Silva Campos*

Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa (1986). Atualmente é professor visitante da Universidade Presidente Antônio Carlos e nutricionista da Prefeitura de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Nutrição em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: nutrição e dietética, segurança alimentar e nutricional, vigilância sanitária, diabetes melitus e políticas públicas.

## **Anexos**

### **Anexo 1 – Questionário para os profissionais de saúde**

1. No seu curso de graduação houve a disciplina “Nutrição” ou esse assunto foi abordado em outra disciplina?
2. Como você elaborou o conhecimento de nutrição que você tem hoje?
3. Em caso de necessidade de informações complementares para o exercício de suas atividades profissionais, a quem você recorre?
4. Até que ponto você acredita que as questões relativas à nutrição e alimentação têm relação com o exercício de sua profissão?
5. Como você aborda as questões relativas à alimentação e nutrição em seus atendimentos?
6. Como você vivencia os conceitos adquiridos de nutrição e alimentação em seu cotidiano pessoal? Quais as dificuldades para segui-los?
7. O que você entende por educação e orientação nutricional? A quem compete cada uma dessas atividades?
8. Em qual momento do cotidiano de serviço público de saúde haveria espaço para o nutricionista atuar?
9. Quando você ou alguém de sua família teve algum problema que demandasse alteração no padrão alimentar, quem orientou? Como você avalia a orientação recebida?
10. Vários projetos e ações governamentais no Brasil e no mundo vem orientando sobre a mudança no padrão alimentar para a promoção e recuperação da saúde. A que você atribui os crescentes aumentos de casos de doenças ligadas à alimentação? O que sugere para revertê-las?
11. Considerando a estratégia utilizada pelo Ministério da Saúde (Projeto Brasil Saudável) em que o nutricionista capacita os demais profissionais de saúde, mas não atua diretamente com o usuário, você acredita que essa ação pode mudar o perfil epidemiológico das doenças da alimentação?

### **Anexo 2 – Questionário para os usuários**

Número:

Sexo:

Idade:

Queixa principal:

1. Onde você busca informações sobre alimentação?  
Em revistas e televisão ( )  
Com nutricionista ( )  
Com médico ( )  
Com familiares e amigos ( )
2. Você acredita que a alimentação interfere na qualidade de vida?  
Sim ( )  
Não ( )
3. Qual o seu conhecimento sobre alimentação?  
Nenhum ( )

Razoável ( )

Muito ( )

Suficiente ( )

4. Qual(is) profissionais na UBS lhe(s) deu ou deram informação sobre alimentação?

Assistente social ( )

Dentista ( )

Médico ( )

Enfermeiro ( )

Outros profissionais ( )

5. Você acredita que as informações recebidas na UBS foram suficientes para melhorar sua doença?

Sim ( )

Não ( )

6. O que você precisa para tratar sua doença?

( ) Só medicamentos

( ) Medicamentos e alimentação

( ) Só alimentação

7. Você conhece algum nutricionista?

( ) Sim

( ) Não

8. Você acha que o problema da alimentação é:

( ) Econômico

( ) Educacional

( ) Ambos

### **Anexo 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido**

#### **Profissional**

As informações que se seguem estão sendo fornecidas para a sua participação voluntária em uma pesquisa. O objetivo principal desta é investigar seus conhecimentos em relação à nutrição e alimentação, e a sua aplicação no cotidiano profissional. A pesquisa visa analisar qualitativamente o conhecimento dos profissionais de saúde que atendem nesta Unidade Básica de Saúde (UBS), da cidade de Juiz de Fora/MG e é intitulada como “Implementação da educação nutricional em serviço público de saúde: seu impacto na promoção e recuperação da saúde do usuário”.

O presente estudo é realizado pela pesquisadora Wanessa Françoise da Silva Aquino, nutricionista, graduada na Universidade Federal de Viçosa-MG e aluna do Curso de Especialização de Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Juiz de Fora- MG.

A metodologia para a obtenção de dados consiste em utilizar formulários, cujas respostas serão indicadores que levarão a pesquisadora ao cumprimento do objeto principal do estudo em questão.

Os participantes da pesquisa serão incluídos na pesquisa de acordo com os seguintes critérios:

— ser profissional de saúde de nível superior (enfermeiros, assistentes sociais, médicos, dentre outros);

— atuar nesta UBS, como funcionário efetivo ou contratado, tendo a formação específica na área de atuação.

A exclusão do participante da pesquisa se dará por manifestação escrita ou falada.

O pesquisador garante que não há riscos de qualquer natureza (moral, físico ou financeiro) para os participantes desta pesquisa e que, portanto, não haverá indenização para eles.

O participante tem a garantia de que, em qualquer etapa do estudo, terá acesso ao pesquisador responsável para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Podendo encontrá-la no endereço residencial: Av. Barão do Rio Branco, 1903/1202, centro, nesta mesma cidade, ou pelo telefone: (32)9925-8405.

É garantida a liberdade de retirada do consentimento dos participantes, sem prejuízos ou penalidades para o mesmo, a qualquer momento.

As informações obtidas com a aplicação dos formulários serão analisadas em conjunto, não sendo divulgada a identificação dos mesmos. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer etapa do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa. Este documento será assinado em duas vias, sendo que uma delas será entregue para o participante e outra será retida com o pesquisador.

Caso seja necessário obter mais informações sobre a pesquisa, o participante poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, no endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa - Campus Universitário s/n, telefone: 3229-3788, em horário comercial, durante a semana.

Acreditando ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim sobre a descrição do estudo, estando claros para mim quais são os propósitos do estudo e as suas garantias de confiabilidade e de esclarecimento, concordo voluntariamente em participar desta pesquisa.

## **Anexo 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido**

### **Usuário**

As informações que se seguem estão sendo fornecidas para a sua participação voluntária em uma pesquisa. O objetivo principal desta é investigar seus conhecimentos sobre nutrição e alimentação e o impacto das informações oferecidas pelos profissionais de saúde sobre esse tema na promoção e recuperação de sua saúde. A pesquisa visa verificar qualitativamente o conhecimento dos usuários que compõem a área de abrangência desta Unidade Básica de Saúde (UBS), da cidade de Juiz de Fora/MG e é intitulada como “Implementação da educação nutricional em serviço público de saúde: seu impacto na promoção e recuperação da saúde do usuário”.

O presente estudo é realizado pela pesquisadora Wanessa Françoise da Silva Aquino, nutricionista, graduada na Universidade Federal de Viçosa-MG e aluna do Curso de Especialização de Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG.

A metodologia para a obtenção de dados consiste em utilizar formulários, cujas respostas serão indicadores que levarão a pesquisadora ao cumprimento do objeto principal do estudo.

Os participantes da pesquisa serão incluídos na pesquisa de acordo com os seguintes critérios:

- ser usuário do serviço de saúde da área de abrangência desta UBS.
- ter idade superior a 18 anos.

A exclusão do participante da pesquisa se dará por manifestação escrita ou falada.

O pesquisador garante que não há riscos de qualquer natureza (moral, físico ou financeiro) para os participantes desta pesquisa e que, portanto, não haverá indenização para os mesmos.

O participante tem a garantia de que, em qualquer etapa do estudo, terá acesso a pesquisadora responsável para o esclarecimento de eventuais dúvidas, podendo encontrá-la no endereço residencial: Av. Barão do Rio Branco, 1903/1202, centro, nesta mesma cidade, ou pelo telefone: (32)9925-8405.

É garantida a liberdade de retirada de consentimento a qualquer momento, podendo o participante deixar a pesquisa, sem prejuízos ou penalidades para o mesmo.

As informações obtidas com a aplicação dos formulários serão analisadas em conjunto, não sendo divulgada a identificação dos mesmos. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer etapa do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa. Este documento será assinado em duas vias, sendo que uma delas será entregue para o participante e outra será retida com o pesquisador.

Caso seja necessário obter mais informações sobre a pesquisa, o participante poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, no endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa - Campus Universitário s/n, telefone: 3229-3788, em horário comercial, durante a semana.

Acreditando ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim sobre a descrição do estudo, estando claros para mim quais são os propósitos destes e as suas garantias de confiabilidade e de esclarecimento, concordo voluntariamente em participar desta pesquisa.